

DES-TERRITORIALIZAÇÃO E DESASTRES “NATURAIS”: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO CONTEXTO DA COMUNIDADE DO MUTIRÃO EM CAMPINA GRANDE/ PB/BRASIL

Zenis Bezerra Freire
Mestranda do Programa de pós-graduação em Geografia
Universidade Federal de Pernambuco

Como citar este documento:

Freire, Zenis Bezerra; (2015) “DES-TERRITORIALIZAÇÃO E DESASTRES “NATURAIS”: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DO CONTEXTO DA COMUNIDADE DO MUTIRÃO EM CAMPINA GRANDE/ PB/BRASIL”. En: *Seminario Internacional sobre Ciencias Sociales y Riesgo de Desastre: un encuentro inconcluso*. Buenos Aires, 15 al 17 de septiembre; 13 p.

Resumo

Os desastres “naturais” tem sido temas cada vez mais abordados por todos os campos científicos em virtude das proporções que vem tomando nos últimos anos, isto em virtude não de ter se adensado, mas sim por atingir cada vez maior contingente de pessoas. A partir desta configuração de desperta a reflexão sobre a temática, em vários países da América Latina, dentre eles o Brasil com sua dimensão continental e realidades múltiplas e diversas. Neste sentido, para contribuir com o debate tem-se o objetivo de discutir os impactos dos desastres na comunidade do Mutirão na cidade de Campina Grande/ PB/BR. Além disto, discutindo como o debate em torno dos conceitos de des-territorialização e re-territorialização podem contribuir para o debate acerca dos desastres “naturais”.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo contribuir com o debate acerca dos desastres “naturais” na América Latina. Através da análise dos impactos causados por um desastre na comunidade do Mutirão na cidade de Campina Grande, localizada no estado da Paraíba/ Brasil. Este evento ocorreu em junho de 2011, em virtude de uma concentração de chuva em curto espaço de tempo e provocou o rompimento subsequente de pequenas barragens, causando grande destruição em parte da comunidade e teve impacto direto sobre 244 pessoas (Defesa Civil CG). Este estudo, faz parte de uma pesquisa de três anos que resultou em Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia e compõe a discussão de trabalho de Dissertação de Mestrado também em Geografia.

Esta discussão é centrada, sobretudo, em dois movimentos. O primeiro é pensar as abordagens conceituais para discussão, ainda pouco apropriadas pelo

debate em torno dos desastres. As discussões em torno das dinâmicas de des-territorialização e de re-territorialização das pessoas em meio ao desastre. O segundo movimento está na discussão em torno das políticas de atuação do Estado em eventos desta natureza, seja atuando em possíveis prevenções ou em auxílios pós-desastre.

Procurou-se, portanto, pensar estas relações a partir do conceito de território este sendo entendido para Santos (2000) como abrigo, uma base fundamental para o desenvolvimento e a sobrevivência dos sujeitos. Esta ruptura territorial imediata que aqui procurou-se discutir como des-territorialização, visa pensar esta dinâmica como uma ruptura abrupta e imediata com o território, causando grandes impactos do ponto de vista político-econômico-simbólico-ambiental sobre as pessoas que habitam estes espaços.

Este processo não é estático nem tampouco permanente. Desta forma, configura-se uma inter-relação com movimento de re-territorialização na busca da re-construção dos territórios 'destruídos'. Neste contexto, as políticas públicas são importantes no auxílio das pessoas afetadas por este processo, na tentativa de re-estabelecer seus territórios. No entanto, percebeu-se através deste estudo, que o papel do poder público não tem sido efetuado de maneira eficaz, uma vez que os efeitos do desastre que caberiam a resolução do poder público ainda estão presentes na comunidade do Mutirão.

A partir desta discussão, nossa questão central é: como é possível pensar os movimentos de des-territorialização e re-territorialização a partir de desastres? Que impactos estes processos causam as pessoas que passaram por eles? Por fim, questionamos: como é possível contribuir para a minimização destes impactos para as pessoas que os vivenciam?

A metodologia utilizada na tentativa de elucidar tais questões direciona-se a partir do método embasado no materialismo-histórico-dialético que permite a compreensão dos conflitos e contradições existentes neste movimento, sempre pensado, de maneira integrada e articulada, para uma melhor compreensão da multiplicidade do espaço.

No tocante aos procedimentos metodológicos, trabalhou-se a partir de pesquisa de campo, com o contato com os moradores através de conversas informais e uso de entrevistas, além da utilização de materiais da Associação de Moradores do Mutirão e documentos de órgãos do Estado como a Defesa Civil do Município de Campina Grande.

O presente trabalho subdivide-se em três tópicos. O primeiro versa sobre o contexto de formação da comunidade do Mutirão e os fatores que levaram a sua constituição. No segundo faz-se uma análise à luz dos conceitos trabalhos e do campo de pesquisa por fim discute-se o desastre, suas possíveis causas e os impactos deste na comunidade da atuação do poder público em meio a este evento além da necessidade de discussão e de ampliação do debate entorno da temática em âmbito acadêmico.

1. COMUNIDADE DO MUTIRÃO E SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL.

A comunidade do Mutirão, é constituída por uma população economicamente desfavorecida da cidade de Campina Grande-PB, situada no Bairro do Serrotão, o Mutirão, se localiza à sudoeste da cidade, tendo em média cerca de 7.150 habitantes segundo a Associação dos Moradores do Mutirão. A comunidade inicia sua formação em meados da década de 1980, e surge atrelada de um forte processo de segregação espacial. Trata-se de um conjunto habitacional, construído em forma de mutirão¹ financiado por órgãos institucionais como a FUNSAT (Fundação Social do Trabalho), e FAC (Fundação de Apoio Comunitário), a *posteriori* abandonado por questões políticas e ocupado de forma precária pelas famílias que participavam de sua construção.

O Mutirão é dividido pelo curso de um riacho (referenciado pelos moradores como canal, mesmo este, ainda não sendo canalizado), além disto, apresenta três corpos d'água de pequeno porte em suas imediações. Neste contexto, o grande volume de chuva concentrado no dia 17 de Julho de 2011, (cerca de 110 mm), segundo dados da Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba (AESA, 2013). Este evento desencadeou o rompimento de pequenos reservatórios de água, tal evento provocou uma inundação que resultou, na destruição de diversas casas que se encontravam as margens do riacho, provocando a morte de um menino de 10 anos, e desabrigando mais de trinta famílias, 244 pessoas segundo a (Defesa Civil de Campina Grande) este evento acarretou diversos impactos de cunho material e simbólico para os moradores.

A partir desta breve compreensão da formação comunidade estudada, entendo-a como um território, a partir da concepção desenvolvida por Souza (1995, p.78) “O território, [...], é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder”, o poder para Raffestin (1993, p. 6) “[...] é presente em toda produção que se apóia no espaço e no tempo. [...] não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável”. Sendo o poder decifrável em toda produção, como também nas relações sociais, é possível percebê-lo em diversos aspectos no âmbito da cidade, no tocante à comunidade estudada, a mesma pode ser percebida como uma apropriação do espaço, passando a criar no mesmo uma teia de relações, sobretudo de poder.

Pensar o Mutirão enquanto um território entendendo-o como uma apropriação só e possível a partir de uma leitura integradora, levando em consideração seus aspectos políticos, econômicos, culturais e ambientais como apontam (Souza 2009; Saquet 2009; Haesbaert; 2004). Para tais autores, sobretudo para Haesbaert o território é concebido e apropriado pelo emaranhado de relações já citadas, de forma que deve ser compreendido como um todo. Este modo de análise do território se faz essencial para tal pesquisa, em virtude da comunidade em destaque se configurar a partir de apropriações interligadas e interdependentes, tal como na concepção de território expressa por Santos (2002, p.9)

¹ O projeto Mutirão foi efetuado em algumas cidades brasileiras em meados da década de 1980 com o intuito de diminuição do déficit habitacional, este modelo de construção tem como objetivo que os habitantes cadastrados para habitar as casas, participem da construção das habitações como mão-de-obra em contrapartida o Estado entra com os recursos materiais.

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. (SANTOS, 2002, p.9)

Este território de ações, se refletem, nas ações de existências, corrobora com a discussão trazida pelo autor em Santos (2000) onde elenca o território como um recurso que se coloca como sendo de interesse ao desenvolvimento de atores hegemônicos. Em contrapartida o território como abrigo aparece como sendo uma apropriação do espaço para a sobrevivência dos grupos hegemonzados. Pensar o território como abrigo é um dos passos importantes para compreender quão necessária a discussão em torno de como os desastres “naturais” afetam e destituem os grupos de seus territórios.

2. REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE DES-TERRITORIALIZAÇÃO E RE-TERRITORIALIZAÇÃO.

No contexto da des-territorialização, assim como a re-territorialização só podem ser pensadas a partir do posicionamento da concepção de território, dado por cada autor/ pesquisador partindo de matriz disciplinar e de um solo epistemológico como aborda (Cruz 2011). Sendo assim a compreensão dos conceitos, deve ser pensada de forma ampla, em uma perspectiva integradora, cuja é tomada neste trabalho.

Para pensar sobre o conceito é necessário entender sua criação, como ponto inicial de suas possibilidades de discussão e aplicabilidade no campo de estudo. Deleuze (1988) explica sobre a criação do conceito de desterritorialização que:

Félix e eu construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. Sobre isso nos dizem: é uma palavra dura, e o que quer dizer, qual a necessidade disso? Aqui, um conceito filosófico só pode ser designado por uma palavra que ainda não existe. Mesmo se descobre, depois, um equivalente em outras línguas. Por exemplo, depois percebi que em Melville, sempre aparecia à palavra: outlandish, e outlandish, [...] outlandish é, exatamente, o desterritorializado. Palavra por palavra. [...] A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (Deleuze no vídeo “L’ abécédeire de Gilles Deleuze”, filmado em 1988 por Claire Parnet.)

É importante, perceber que a perspectiva de Deleuze e Guattari advém de uma contribuição de cunho filosófico, partindo de ótica que tem como objetivo a criação e elaboração dos conceitos. Os conceitos filosóficos não tem a obrigatoriedade de formular e ordenar trabalhos conceituais do campo científico, ou seja, os conceitos filosóficos não são criados para responder questões científicas e sim para fazer reflexões e questionamentos que elaborem as construções do pensamento. No entanto, este debate pode ser utilizado no sentido de base ontológica para compreensão das discussões produzidas pelo conhecimento científico.

Neste sentido a compreensão do conceito de desterritorialização na campo filosófico é uma possibilidade de discussão para seu entendimento a luz de outros

campos do conhecimento, uma vez que os debates acerca da temática são cada vez mais intensos e denotam diversas possibilidades a partir dos campo epistemológico que remontam as discussões dos conceitos.

Diante desta perspectiva existem alguns debates ligados à ideia de desterritorialização que merecem ser revisitados, inicialmente por alguns autores pensarem este conceito como o “fim dos territórios”, isto porque o território é visto como algo imutável, inflexível, e por vezes excessivamente material. Como aponta Badie (1995,p.174).

A mais segura das dependências resulta hoje nesta pragnância a territorial dos modelos: não há qualquer necessidade de estar fisicamente presente em territórios ficticiamente independentes, desde o momento em que se consiga inspirar a cultura, as instituições e o jogo económico tanto daqueles que aí vivem como daqueles que têm a ilusão de aí exercerem o seu poder. A clientelização e a importação substituem-se assim à ocupação e à colonização: a receita é menos dispendiosa; e é também menos arriscada. (BADIE, 1995, p.174).

É importante lembrar, que o autor remete a sua concepção de fim dos territórios,em uma perspectiva ligada a globalização, sobretudo a ideia do rompimento das fronteiras e dos limites. No entanto, é preciso lembrar que no que concerne aos aspectos políticos, económicos e culturais o mundo é heterogêneo e por mais que haja um processo de estreitamento de laços relacionados às ligações e quebra de fronteiras em nome de uma tendência hegemônica e uniformizadora que parte de um,certo colonialismo velado através de imposições económicas.

O território permanece efervescente e sua noção, pois, invés de ser destruído, acaba por se fortalecer, pois à medida que aumentam as tendências as uniformizações também por outro lado crescem as desigualdades sociais, e o agravamento dos processos de exclusão ou como prefere Martins (1998) de uma inclusão precária, isto sem contar as relações de poder existentes que são inerentes às relações humanas.

Para Geiger (1998, p.244) a des-territorialização seria vista a partir de um esvaziamento do território como é possível perceber no seguinte trecho:

A alguns anos, des-territorialização seria tomada do mesmo modo que esvaziamento do território, como sendo o esvaziamento de uma área de influencia pela polarização de sua cidade. Atualmente, o conceito não nega propriamente a existência do território, mas subordina seus conteúdos e subjetivações à hierarquia mais elevada da espacialização. (GEIGER 1998, p.244)

Geiger, amplia a perspectiva da des-territorialização para uma ideia de espacialização colocando-as em um sentido de hierarquização, no entanto, pelas conjecturas das análises espaciais o território é uma forma de ler/pensar o espaço como aponta Correa (2010) uma categoria de análise do espaço, desta maneira sendo a des-territorialização conceito derivado do território aparece, por conseguinte, uma forma de análise espacial, sempre entendida a partir do território.

Sendo assim, a des-territorialização não necessariamente se configura como um esvaziamento do território, mas sim como um desdobramento das relações de

poder existentes no mesmo sendo ao mesmo tempo ruptura e possibilidade de constituição de novas formas territoriais, sem que as anteriores sejam perdidas e/ou destruídas, mas sim coexistentes intrínsecas umas nas outras. Assim como afirma Fernandes (2008: p.5) a desterritorialização pode ser vista como uma:

[...] quebra do controlo de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território: no caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento aos respectivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica. (FERNANDES, 2008: P.5)

Para Haesbaert (2004, p.366) a desterritorialização não pode ser pensada apenas como desmaterialização, “não presença ou desvinculação do” aqui e agora, aceleração do movimento ou predomínio de fluidez, enfraquecimento do controle de limites ou fronteiras, aumento de hibridização cultural ou justaposição e imbricação dos territórios.

O conceito de território é de fato muito antigo na geografia, no entanto, ao longo do tempo são realizadas (re)leituras e suas concepções, estendendo estas (re)leituras tanto ao processo de des-territorialização como de re-territorialização, para Haesbaert (2004), a desterritorialização aparece como um mito, isto porque ao invés de apresentar uma destruição do território nada mais é que um ponto de passagem para novas formações territoriais em sua maioria sem deixar as anteriores, mas assim anexando novas relações com novos territórios.

A possibilidade de pensar uma des-re-territorialização se dá ao passo que estes processos tanto de desterritorialização quanto de reterritorialização não se dão de maneira isolada nem tampouco fragmentada e/ou desarticulada, mas só coexiste junto inter-relacionado e contido um no outro, para tanto não existe uma desterritorialização sozinha, menos ainda uma reterritorialização, o que existem são processos relacionados onde a des-territorialização sempre usada com hífen segundo Haesbaert (2004) vem a afirmar novas formas de reterritorializar-se, sem a destruição total de um território anterior, mas sim em uma ruptura com o território que abre a possibilidade de re-territorialização, portanto é por este viés que se segue o contexto do campo de pesquisa.

A re-territorialização por sua vez, também não pode ser vista como meramente um re-estabelecimento de um território formado anteriormente, mas sim, sobre duas óticas, uma de reterritorialização que pode ser vista como novas formas territoriais e outra como uma maneira de retorno ao território estabelecido anteriormente. Por fim, no que concerne a re-territorialização para Oliveira (2011, p.17)

Na realidade, da natureza humana fazem parte características como a sociabilidade e a afectividade com determinado(s) território(s). Se por qualquer causa, o vínculo que um determinado indivíduo tem com o seu território é quebrado, o Homem como ser sociável e social que é, vai procurar estabelecer vínculos e laços afectivos com outro(s) território(s). A este processo dá-se o nome de reterritorialização. (OLIVEIRA 2011, p.17)

Diante deste contexto que se precede no campo teórico, são necessárias reflexões na abordagem cotidiana das cidades, percebendo novas formas das

leituras do território no urbano, a partir de um pensamento integrado, para tanto as reflexões agora direcionadas tendem a denotar sua apreciação no contexto cotidiano dos moradores da comunidade do Mutirão cujo este estudo está pautado. É neste sentido a possibilidade de discussão que correlacionamos o debate sobre desterritorialização como uma consequência dos desastres “naturais” uma vez que estes provocam deslocamentos forçados e rupturas territoriais.

3. DESASTRES “NATURAIS”? CAUSAS E IMPACTOS DE UM DESASTRE NA COMUNIDADE DO MUTIRÃO.

Os desastres naturais tem sido alvo de investigação de diversas áreas do conhecimento, dentre elas a Geografia, no entanto, o conceito aparece sombreado por algumas divergências, seriam mesmo os desastres naturais? A partir desta indagação pensamos que para compreender o caso ocorrido em 2011 no Mutirão se faz necessário uma revisão do debate em torno do conceito.

Os desastres naturais segundo Marcelino (2007, p. 5) são impactos causados por “fenômenos naturais, de grande intensidade sobre uma área ou região povoada”. Para o autor só há desastre se houver “danos e prejuízos intensivos de difícil superação pelas comunidades afetadas.”

No entanto, para Romero e Maskrey (1993) os desastres não são naturais, evidenciando que os fenômenos naturais que ocorrem na Terra devido a seu tempo geológico, no entanto, estes fenômenos causam desastre, a partir das intervenções sociais através da falta de planejamento e de políticas que visem a minimização destes impactos à sociedade.

Este debate é endossado, por outras definições que se acoplam a estas questões, dentre eles o risco, o perigo e a vulnerabilidade, estes conceitos são de muito abrangentes e passíveis de muitas discussões que aqui não serão destrinchadas, mas que cabe pontuar. Marandola Jr. (2008) aponta uma questão importante para reflexão. Para o autor a modernidade e a ampliação das tecnologias aumentou-se a possibilidade de previsibilidade, retirando o caráter drástico e inesperado dos desastres, isto para o autor leva a pensar não em desastre, mas em perigo naturais, neste contexto o risco seria “assumido” pela possibilidade de um perigo natural atingir determinadas áreas.

No entanto, Marandola Jr. (2008) destaca a vulnerabilidade como uma dimensão importante para pensar o risco, atentando para uma ideia ampliada no conceito que por vezes é tido como sinônimo de pobreza, para o autor a vulnerabilidade esta para além, entendendo que:

A vulnerabilidade aponta para as características próprias que pessoas, lugares ou grupos possuem para se proteger, lidando com os riscos e perigos. Se a incerteza e insegurança são marcas negativas de nosso tempo, a vulnerabilidade não deve ser encarada do mesmo modo. Ela é um componente neutro, que traz o qualitativo da relação risco-proteção-perigo. Ela é um adjetivo e enquanto tal é componente de todo ser. Pensar a dimensão da incerteza e da insegurança a partir de um ponto de vista permite uma leitura crítica que não se concentra no lado negativo, mas procura olhar a inteireza do fenômeno. (MARANDOLA JR.; 2008, p.31)

Outro ponto de vista sobre a vulnerabilidade é percebido a partir das ideias de Ribeiro (s/d):

A vulnerabilidade é social porque são os mais pobres que enfrentam as maiores dificuldades para se adaptarem às intempéries extremas dadas as condições de fragilidade em que se encontram. O sítio que ocupam é mais suscetível a escorregamentos e alagamentos e as edificações nas quais se abrigam são compostas por elementos técnicos menos resistentes a ação da água e ao movimento de material intemperizado. O resultado é cruel: mortes e perdas materiais após chuvas intensas. (RIBEIRO S/D)

Estes dois olhares sobre o contexto da vulnerabilidade, possibilita a reflexão teórica para pensar a realidades dos sujeitos que habitam estas áreas, neste contexto, é possível perceber que o foco deve ser analisado a partir da ótica da vulnerabilidade, seja ela social e/ou ambiental uma vez que pensar o risco e a questão da previsibilidade é difícil uma vez que nem todas as sociedades em todas as áreas dispõem de possibilidades que possam dar a dimensão do previsível.

Porém a ideia dos desastres “naturais” devem vir em destaque no sentido que os desastres não podem ser naturais, uma vez que o desastre só existe se houver impacto social, entendendo, que os desastres existem, a partir de fenômenos naturais, mas não são naturais são construídos historicamente através das relações de apropriação do espaço pelos sujeitos.

A reflexão teórica destaca-se no olhar sobre o contexto da comunidade do Mutirão, a concentração de chuvas no mês de julho de 2011, período de chuvas no Nordeste Brasileiro, ocasionou o rompimento de corpos d'água de pequeno e médio porte, culturalmente chamados na região, de barragem. Esta sequência de rompimentos tomou a inundação do curso do riacho que perpassa o entremeio da comunidade do Mutirão.

Este processo provocou a destruição casas na comunidade além de deixar, pessoas desabrigadas e desalojadas, o evento ocorreu na madrugada do dia 17 de junho do ano de 2011, mas até os dias atuais os moradores ainda sofrem as conseqüências destes evento em entrevista realizada em trabalho de campo no ano 2013, uma das sobreviventes nos conta sobre o desastre (Dona F.C.S.)² nos conta:

Duas horas da manhã. A água já tinha entrado, já tava encostando no colchão, a água entrava devagar, por fora, encheu rápido, por dentro. Aí eu corri, só deu tempo de pegar essa menina, quando olho que abro a porta da cozinha, nem deu pra abrir, a porta já caiu, por cima de mim, eu volto pro quarto e tiro a menina, não tinha mais, não dava mais pra pegar nada, enquanto isso, questão de cinco minutos, num foi dez minutos, foi cinco minutos. Essa água, ela já tinha coberto a casa da gente, nisso, já tinha alguém gritando, do outro lado, que eu não sabia quem era, e não dava tempo nem de olhar

² As pessoas entrevistadas na pesquisa de campo aparecem aqui com as iniciais dos nomes, por questões éticas de pesquisa que visam resguardar as identidades dos sujeitos uma vez que este pedido por parte de alguns moradores esta devidamente documentado.

quem era não. Ele correu, pegou dois leites, dois apenas, não deu pra pegar mais nada. Deu tempo de pegar os documentos e colocar dentro de uma sacola, e quando a gente foi saindo, não deu tempo nem da gente sair, a parede caiu, já levando o berço, cômoda e guarda-roupa, meu guarda-roupa, levando tudo. Quando a gente conseguiu sair, a água já estava no meu ombro. (Dona. F.C.S. morador(a) da comunidade relato de 2013)

O depoimento de Dona F.C.S. nos mostra os momentos de tensão vivenciados na noite do desastre, esta é uma fala que destacamos entre outras várias para denotar o quão pode ser traumática a experiência de vivenciar um processo como este, sobretudo, porque no Mutirão este evento não foi previsto, nem havia ocorrido processo semelhante. O rompimento do reservatório, no meio da noite dificultou o processo de regate das vítimas, que conseguiram ser salva por seus vizinhos e parentes, no entanto, uma criança veio a falecer levada pelas águas a Figura 1 e Figura 2 mostram um pouco dos efeitos do desastre na comunidade.

Figura 1: Casa destruída após desastre na comunidade do Mutirão CG/PB



Fonte: Moradores da comunidade 18/07/2011

Figura 2: Destruição causada no Mutirão



Fonte: Moradores da comunidade 18/07/2011

Após o evento ocorrido os moradores atingidos foram abrigados na sede da Associação dos Moradores do Mutirão, onde receberam donativos dos vizinhos e de demais pessoas da cidade, além disto, a contribuição da Prefeitura Municipal foi através de Secretaria de Assistência Social com alimentação, no entanto, estes processos geram uma ruptura territorial abrupta cuja chamamos aqui de des-territorialização, este rompimento com o território se configura como uma perda material e simbólica de construções realizadas ao longo de uma vida de trabalho e lutas sociais.

É necessário, portanto, um esforço teórico de discussão para compreender estes processos de maneira densa, sem simplificações conceituais, é preciso compreender o movimento gerado por estes eventos, para tanto é imprescindível retomar conceitualmente as discussões de des-territorialização e re-territorialização para a compreensão das dinâmicas existentes neste processo.

Atualmente na continuidade do trabalho é possível perceber que o Mutirão não apresentou muitas diferenças uma vez que a atuação do Estado, foi voltada para uma política de colaboração em momento de efervescência midiática, como a maioria dos desastres, no entanto, o retorno para a comunidade não foi executado, houveram reivindicações para obras e serviços urbanos na comunidade que ainda. Foram pedidas obras de saneamento básico e a canalização do curso do riacho para evitar novas possíveis inundações.

No entanto, o governador do Estado firmou este compromisso com a comunidade em momento anterior as eleições estaduais, as obras foram iniciadas, mas ao término do pleito, as obras foram paradas. A posteriori do desastre, a comunidade foi elencada como uma das áreas de risco da cidade de Campina Grande, este estudo efetuado pela CPRM- Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, neste estudo houveram alguns equívocos que apontavam a possibilidade de novas inundações no sentido inverso do curso do riacho. O que dificulta ações de planejamento e mitigação dos riscos na área. A obra de canalização prometida pelo Governo do Estado corresponde a proposta do risco do material técnico.

É neste contexto que se dão as re-construções territoriais dos moradores atingidos pelo desastre como Dona F.C.S que ainda não conseguiu reconstruir sua casa e vive pagando aluguel. Das 36 famílias atingidas 22 ainda residem no Mutirão e restante deslocou-se para outros bairros e até para estados vizinhos. E a comunidade permanece na luta pelo território como abrigo em meio a estes processos de obras inacabadas, deslocamentos e permanências.

Estas reflexões que levam a necessidade de pensar os movimentos de des-territorialização enquanto ruptura a partir dos desastres, como também seus movimentos de re-territorialização entre quebrar e costuras territoriais, buscando novas formas de re-estabelecer o abrigo e de re-existir, estes processos uma des-re-construção continua em busca de novas formas de existência e de re-construção.

CONCLUSÕES

Os desastres, portanto, não podem ser pensados como naturais, no sentido estrito da palavra, mas sim como desencadeados a partir de fenômenos da natureza pertencentes a sua própria dinâmica, porém os desastres são antes de mais nada políticos-econômicos-simbólicos-ambientais, todos ao mesmo tempo indissociados, isto porque os impactos pós-evento são evidenciados em todas estas esferas de maneira imbricada, estes impactos em sua maioria são permanentes em virtude de um descaso do poder público, ou até mesmo nas formas de ocupação das cidades muitas vezes impulsionada pelo próprio Estado como é o caso desta área de estudo.

Por tanto, naturalizar os desastres e colocá-los apenas como uma eventualidade natural, é uma forma de eximir responsabilidades sociais, sobretudo, ligadas a políticas públicas, neste sentido uma vez que não estamos falando de remoções, mas de direcionamento de ocupações e de certa forma abandonos pós-evento, estes fatores alargam as rupturas processadas pela des-territorialização e provocam um re-territorialização intensamente precária.

Refletir sobre a desterritorialização nestes casos é endossar um debate teórico necessário, que visa pensar o desastre a partir das escalas que atinge este dialogo é importante na medida, que estas reflexões possam contribuir para pensar o território em uma dimensão mais profunda, como um abrigo, a todos aqueles que dele subsistem, pensando assim, a dimensão dos impactos daqueles que vivem em áreas destruídas ou parcialmente destruídas e levando a sua importância como dimensão fundamental da existência e do corpo dos sujeitos que habitam estas áreas é que se podem traçar medidas que se tente minimizar a intensidade dos traumas vivenciados por estes sujeitos.

REFERÊNCIAS

BADIE, Bertrand, **O Fim dos Territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito; Instituto Piaget; Lisboa. 1995

CORREA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. , CORREA, Roberto Lobato. (Org.), **Geografia: Conceitos e Temas**, 13^o Ed, Rio de Janeiro, Bertrand. 2010.

CRUZ, Valter do Carmo. Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia. (Tese de Doutorado em Geografia). Niterói, 2011. p. 368

FERNANDES, João Luís Jesus. “Implantação de projectos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens”. In: Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo; Eumed. Net; Universidade de Málaga; Espanha. 2008.

GEIGER, Pedro. Des-territorialização e espacialização. In: Santos Milton et al.(orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec e ANPUR. 1998. p.233-246.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARCELINO, Emerson Vieira. **Desastres naturais e geotecnologias: conceitos básicos**, INPE, Santa Catarina, 2007.

MARANDOLA JR, Eduardo José. **Habitar em Risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana.**/ Tese de Doutorado. Campinas, São Paulo. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. ed. São Paulo: Paulus, 1998.

OLIVEIRA, Ana Maria Cortez Vaz dos Santos. **Processos de desterritorialização e filiação ao lugar: O caso da Aldeia da Luz**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de letras.Coimbra 2011. p.152

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. - ed. – São Paulo, Ática, 1993.

RIBEIRO, Wagner. Costa. **Riscos e Vulnerabilidade Urbana no Brasil**. São Paulo, s/d.

ROMERO, Gilberto e MASKREY, Andrew. Como entender los desastres naturales. In: Los desastres no son naturales. _____. (Compilador) Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres en América Latina. 1993.

SANTOS, Milton, O dinheiro e o território In: SANTOS etall. Território, territórios. Niterói: Lamparina, 2002.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis. Julho – 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial, In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.), Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos,ed, São Paulo, Expressão Popular. UNESP, 2009. p. 73 – 94.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão):em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio.

SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.), Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos, ed, São Paulo, Expressão Popular. UNESP, 2009. p. 57 – 72.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa, CORREA, Roberto Lobato. (Org.), Geografia: Conceitos e Temas, Ed, Rio de Janeiro, Bertrand. 1995. p 165 – 205.